

Rumo Malha Sul S/A - RMS

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Sul S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os

resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.4. e 6.1 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece sua receita de transporte e prestação de serviços de acordo com os ciclos de transporte e da prestação de serviços, observando o período de competência. A receita é negociada desde a sua contratação, já havendo um cálculo prévio com base na distância e peso a ser transportado, e o preço negociado entre as partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o total da receita líquida e o saldo bruto do contas a receber, nesta mesma data eram R\$1.406.141 mil e R\$92.849 mil, respectivamente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação à demonstração do resultado e ao ativo financeiro da Companhia, bem como em relação à sua magnitude, além dos potenciais efeitos decorrentes de diferenças entre o período de competência e o período efetiva de prestação dos serviços.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos relativos ao reconhecimento de receita de transporte e da prestação de serviços, observando os limites das tarifas reguladas; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita, incluindo as análises de corte no reconhecimento da receita (cut-off); (iii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, i) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que deram suporte ao reconhecimento de receita operacional da Companhia; ii) análise do corte da receita entre os exercícios sociais, considerando o período da prestação de serviço e o período de competência do reconhecimento dessa receita, através de procedimentos substantivos analíticos e expectativas de acordo com os prazos de transporte esperados; iii) comparação, por amostragem, dos preços negociados entre as partes, observando as tarifas aprovadas pelo poder concedente; iv) comparação da premissa de transporte médio estimado pela Companhia com o transporte médio real; v) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e vi) reconciliação do saldo de receita com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade reversão de uma parcela da receita de prestação de serviços, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.4 e 6.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita, na demonstração de resultado, e respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.4 e 6.1, são aceitáveis, no contexto

das demonstrações financeiras, tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão e arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.11 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado, intangível e direito de uso, determinados ativos diretamente relacionados às operações e às concessões da Companhia, incluindo arrendamentos operacionais e de capital, como vagões e locomotivas, via permanente, obras em andamento, direito de uso de concessão e infraestrutura ferroviária e portuária, que somam R\$3.164.430 mil, e que representam, substancialmente, a infraestrutura da concessão e arrendamentos.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão e nos arrendamentos é parte essencial para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e arrendamento, bem como a definição da vida útil, são passíveis de julgamento por parte da administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$635.302 mil de adições a esses ativos de infraestrutura e arrendamentos.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria, devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação dos gastos com infraestrutura e arrendamentos, e da magnitude dos montantes envolvidos sobre o total do ativo e dos compromissos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura e arrendamentos, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras e de inspeção física; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo imobilizado, intangível e direito de uso (arrendamentos), observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito de concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização desses ativos de infraestrutura de concessão e arrendamentos preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.11, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 20 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

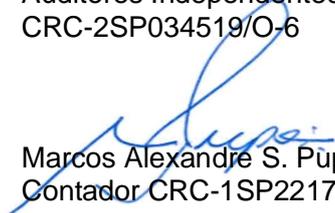
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

RUMO MALHA SUL – RUMO MALHA SUL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que não tiveram outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além dos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Análise do resultado do exercício de 2020

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T20	4T19	Var. %	12M20	12M19	Var. %
Receita Líquida	323,5	339,3	-4,7%	1.406,1	1.453,5	-3,3%
Custos dos serviços prestados	(327,8)	(319,3)	2,7%	(1.238,4)	(1.309,6)	-5,4%
Lucro Bruto	(4,3)	20,0	-121,5%	167,7	143,9	16,5%
Margem Bruta (%)	-1%	6%	-7,2 p.p.	12%	10%	2 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(28,7)	(15,6)	84,0%	(84,9)	(46,5)	82,6%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	26,5	(1,3)	n.a.	(1,2)	9,5	n.a.
Depreciação e Amortização	126,6	122,7	3,2%	476,6	516,1	-7,7%
EBITDA	120,1	125,8	-4,5%	558,2	623,0	-10,4%
Margem EBITDA (%)	37,1%	37,1%	0,1 p.p.	39,7%	42,9%	-3,2 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(43,9)	(42,9)	2,3%	(225,9)	(232,8)	-3,0%
Prejuízo Líquido	(50,4)	(39,8)	26,6%	(144,3)	(125,9)	14,6%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 323,5 milhões, uma redução de 4,7% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019, devido à queda de volume transportado. O EBITDA foi de R\$ 120,1 milhões, decréscimo de 4,5% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 50,4 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 39,8 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019. O que representou um aumento de 26,6%.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 1.406,1 milhões, decréscimo de 3,3% em relação ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019, em decorrência da redução do volume transportado no exercício de 5,8% a menos que no exercício de 2019. O EBITDA foi de R\$ 558,2 milhões, redução de 10,4% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 144,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo de R\$ 125,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	286.467	161.138
Títulos e valores mobiliários	5.3	52.871	205.907
Contas a receber de clientes	5.4	87.795	83.575
Instrumentos financeiros derivativos	5.10	1.469	-
Estoques	5.10	152.908	152.509
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.620	4.593
Outros tributos a recuperar	5.9	48.570	67.551
Adiantamento a fornecedores		627	871
Outros ativos		27.011	26.573
Ativo circulante		<u>660.338</u>	<u>702.717</u>
Contas a receber de clientes	5.4	5.054	5.054
Caixa restrito	5.3	25.725	35.652
Outros tributos a recuperar	5.9	187.918	151.511
Depósitos judiciais	5.13	96.600	92.687
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	9.093	883
Adiantamento a fornecedores		14.767	11.723
Outros ativos		17.951	16.741
Direito de uso	5.11.2	430.548	363.556
Imobilizado	5.11.1	2.988.198	2.781.520
Intangíveis		24.893	27.624
Ativo não circulante		<u>3.800.747</u>	<u>3.486.951</u>
Total do ativo		<u>4.461.085</u>	<u>4.189.668</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.5	566.582	364.296
Passivos de arrendamento	5.6	131.257	106.237
Fornecedores	5.7	208.573	161.392
Ordenados e salários a pagar		38.956	80.511
Imposto de renda e contribuição social correntes		396	220
Outros tributos a pagar		12.807	5.727
Arrendamentos e concessões em litígio	5.14	52.171	6.053
Outros passivos financeiros		120.994	107.264
Outras contas a pagar		17.034	20.642
Passivo circulante		1.148.770	852.342
Empréstimos e financiamentos	5.5	689.143	896.340
Passivos de arrendamento	5.6	470.631	428.108
Provisão para demandas judiciais	5.13	216.919	234.416
Arrendamentos e concessões em litígio	5.14	32.467	30.569
Receitas diferidas		862	1.535
Outras contas a pagar		3.244	3.462
Passivo não circulante		1.413.266	1.594.430
Total do passivo		2.562.036	2.446.772
Patrimônio líquido	5.15		
Capital social		2.695.633	2.695.633
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.353.000	3.053.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-1.981	-2.339
Prejuízos acumulados		-4.147.603	-4.003.398
Total do Patrimônio líquido		1.899.049	1.742.896
Total do passivo e patrimônio líquido		4.461.085	4.189.668

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	6.1	1.406.141	1.453.533
Custos dos serviços prestados	6.2	-1.238.391	-1.309.634
Lucro bruto		167.750	143.899
Despesas comerciais	6.2	-3.809	4.760
Despesas gerais e administrativas	6.2	-81.072	-51.264
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-1.157	9.501
Despesas operacionais		-86.038	-37.003
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		81.712	106.896
Despesas financeiras		-241.932	-254.962
Receitas financeiras		15.624	24.480
Variação cambial, líquida		-8.992	-1.699
Derivativos		9.383	-649
Resultado financeiro líquido	6.4	-225.917	-232.830
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-144.205	-125.934
Imposto de renda e contribuição social	5.13		
Corrente		-	17
		-	17
Resultado do exercício		-144.205	-125.917
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		0	0
Por ação preferencial		0	0

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.695.633	3.053.000	-2.339	-4.003.398	1.742.896
Resultado do exercício	-	-	-	-144.205	-144.205
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	358	-	358
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	358	-144.205	-143.847
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	300.000	-	-	300.000
Total das transações com e para acionistas	-	300.000	-	-	300.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.695.633	3.353.000	-1.981	-4.147.603	1.899.049

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.695.633	2.050.000	-2.016	-3.695.099	1.048.518
Adoção inicial a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-182.382	-182.382
Saldo em 01 de janeiro de 2019	2.695.633	2.050.000	-2.016	-3.877.481	866.136
Resultado do exercício	-	-	-	-125.917	-125.917
Outros resultados abrangentes:					
Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-323	-	-323
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-323	-125.917	-126.240
Contribuição e distribuições para os acionistas					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.003.000	-	-	1.003.000
Total das transações com e para acionistas	-	1.003.000	-	-	1.003.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.695.633	3.053.000	-2.339	-4.003.398	1.742.896

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-144.205	-125.934
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	476.604	516.129
Provisão para participações nos resultados e bônus	7.230	58.918
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	-434	-216
Provisão de demandas judiciais	48.946	19.423
Créditos fiscais extemporâneos	-52.328	-7.370
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-360	-12.562
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	231.274	244.560
Outros	-8.460	-34.980
	558.267	657.968
Varição em:		
Contas a receber de clientes	6.258	89.270
Adiantamentos de clientes	2	-123.782
Outros tributos, líquidos	45.722	47.690
Estoques	445	-9.506
Ordenados e salários a pagar	-43.993	-78.697
Fornecedores	-1.990	-20.140
Adiantamentos a fornecedores	-2.278	-2.653
Provisão para demandas judiciais	-107.916	-43.429
Outros passivos financeiros	6.325	-4.138
Outros ativos e passivos, líquidos	-31.328	-51.029
	-128.753	-196.414
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais	429.514	461.554
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	155.092	258.124
Caixa restrito	9.927	-571
Adições ao imobilizado e intangível	-594.643	-443.052
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-429.624	-185.499
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	200.000	13.586
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-256.967	-278.643

Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-46.092	-98.365
Amortização de principal de arrendamento mercantil	-35.074	-68.720
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-36.878	-59.264
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-133	-654
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	583	4
Adiantamento para futuro aumento de capital	300.000	1.003.000
Partes relacionadas - mútuo	-	-630.728
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento	125.439	-119.784
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	125.329	156.271
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	161.138	4.867
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	286.467	161.138

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.507.587	1.571.744
Outras receitas operacionais, líquidas	3.988	16.067
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	360	12.562
	1.511.935	1.600.373
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-414.767	-460.103
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-75.772	-125.951
	-490.539	-586.054
Valor adicionado bruto	1.021.396	1.014.319
Retenções		
Depreciação e amortização	-476.604	-516.129
	-476.604	-516.129
Valor adicionado líquido produzido	544.792	498.190
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.624	24.480
	15.624	24.480
Valor adicionado total a distribuir	560.416	522.670
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	280.485	189.439
Remuneração direta	204.159	96.584
Benefícios	65.206	81.158
FGTS	11.120	11.697
Impostos, taxas e contribuições	141.247	157.797
Federais	118.152	130.469
Estaduais	22.596	26.831
Municipais	499	497
Remuneração de capitais de terceiros	282.889	301.351
Juros	241.541	257.310

Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	41.348	44.041
Remuneração de capitais próprios	-144.205	-125.917
Resultado do exercício	-144.205	-125.917
	560.416	522.670

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Sul”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba – Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário principalmente na região Sul do Brasil.

1.2 Concessão de operações ferroviárias

Os contratos de concessão e de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em fevereiro de 2027, renováveis por mais 30 anos.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar subconcessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.3 Informações sobre o Grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final da companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

1.4 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 489.987 e um prejuízo no exercício de R\$ 144.205.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo S.A., sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos, aumento de capital ou AFACs, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de março de 2020.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Notas 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.11.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.12 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.13 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

5.8 – Instrumentos financeiros derivativos

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019
	31/12/2020	31/12/2019	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	52.871	205.907	52.871	205.907
Instrumentos financeiros	10.562	883	10.562	883
Total	63.433	206.790	63.433	206.790
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	27.225	20.795	27.225	20.795
Total	27.225	20.795	27.225	20.795

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração do IFRS 16 – CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	1.197	-
Fornecedores	(27.684)	(1.860)
Empréstimos e financiamentos	(26.649)	(20.795)
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>) ⁽ⁱ⁾	26.649	20.795
Passivo de arrendamento	(416)	(734)
	(26.903)	(2.594)

- (i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Euro convertidos para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2020.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2020, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2020				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalente de caixa	Flutuação do câmbio	(80)	199	479	(359)	(638)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	1.847	(4.612)	(11.071)	8.306	14.766
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>)	Flutuação do câmbio	1.926	(4.255)	(10.436)	8.107	14.288
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	(1.926)	4.255	10.436	(8.107)	(14.288)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	27	(69)	(166)	125	222
Impactos no resultado do exercício		1.874	(4.681)	(11.237)	8.431	14.988

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

	31/12/2020	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,1967	4,8500	6,0625	7,2750	3,6375	2,4250
Euro	6,3779	5,9170	7,3963	8,8755	4,4378	2,9585

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2020				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	6.532	8.165	9.798	4.899	3.266
Títulos e valores mobiliários	1.181	1.476	1.771	886	590
Caixa restrito	604	754	905	453	302
Empréstimos e financiamentos	(75.488)	(85.635)	(95.782)	(65.341)	(55.194)
Derivativos de taxa de juros	606	757	909	454	303
Passivo de arrendamento	(68.980)	(68.980)	(68.980)	(68.980)	(68.980)
Outros passivos financeiros	(4.290)	(4.833)	(5.376)	(3.747)	(3.203)
Impactos no resultado do exercício	(139.835)	(148.296)	(156.755)	(131.376)	(122.916)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
CDI	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
TJLP	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
IPCA	3,37%	4,21%	5,05%	2,53%	1,68%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	286.467	161.138
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	52.871	205.907
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	25.725	35.652
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	92.849	88.629
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	10.562	883
	468.474	492.209

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2020
AA	216.679
A+	16.332
AAA	132.052
Total	365.063

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um montante significativo de contas a receber com saldos individuais menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(571.223)	(211.894)	(488.647)	(4.967)	(1.276.731)	(1.484.572)
Fornecedores	(208.573)	-	-	-	(208.573)	161.392
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(120.994)	-	-	-	(120.994)	107.264
Parcelamento de débitos tributários	(74)	-	-	-	(74)	(1.046)
Passivo de arrendamento	(138.711)	(137.876)	(413.628)	(168.443)	(858.658)	(803.660)
Instrumentos financeiros derivativos	1.469	1.242	5.339	2.511	10.561	883
	(1.038.106)	(348.528)	(896.936)	(170.899)	(2.454.469)	(2.019.739)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$120.944 (R\$107.254 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações tiveram o Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander como contrapartes, a uma taxa média de 3,00% a.a. (6,33% a.a. em 31 de dezembro de 2019). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias.

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Pandemia de COVID 19

4.1.1 Contexto Geral

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido suas atividades, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente as operações e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- (1) Queda de receita devido ao declínio na demanda serviços nos mercados impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social: transporte de combustíveis (afetado pela queda no consumo) e transporte de produtos industriais (afetado pela retração na atividade econômica e atividades industriais);
- (2) Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;
- (3) Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia.

- (4) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

4.1.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

Cerca de 85% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a Companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. O movimento para reforçar o caixa teve início em março de 2020, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 200.000. A Companhia também aderiu à suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamento (*standstill*) junto ao BNDES. Os *covenants* financeiros são medidos anualmente na data base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por *impairment*. Como a pandemia não vem interrompendo as operações da Companhia, o impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições de circulação e os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, manteve nosso custo médio ponderado do capital sem alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de "A". Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

A exposição máxima ao risco de crédito de clientes da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. Considerando que: (i) o prazo médio de faturamento aos clientes da Companhia é curtíssimo; e (ii) os clientes de carteiras mais suscetíveis à deterioração de créditos passaram a ter a exposição monitorada constantemente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não prevê perdas adicionais em seu saldo de contas a receber.

4.2 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia sofreu um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas na Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais a partir do ataque.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e reforço de equipes. Como parte das ações, a Companhia revisou os programas para combater o acesso e uso indevido dos seus dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos seus sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis impetradas por terceiros.

Adicionalmente, a Companhia realizou auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4.3 Créditos fiscais extemporâneos

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da empresa. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 52.328 que estão reconhecidos na rubrica “Créditos fiscais extemporâneos” divulgados na nota explicativa 6.3, relativos a períodos anteriores, para as empresas do grupo com decisões finais favoráveis sobre a referida matéria. Os valores foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

4.4 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	5.183	5.409
Rumo Malha Oeste	1.596	1.960
Rumo Malha Paulista S.A.	18.087	14.998
Rumo Malha Central S.A.	1.867	631
Raízen Combustíveis S.A.	4.289	2.521
Raízen Energia S.A.	731	980
Rumo S.A.	12.180	1
Brado Logística S.A	2.177	2.681
Outros	964	1.011
	47.074	30.192
Adiantamento a fornecedores		
Raízen Combustíveis S.A.	-	225
	-	225
Ativo circulante	47.074	30.417
Adiantamento a fornecedores		
Raízen Combustíveis S.A.	14.767	11.723
	14.767	11.723
Ativo não circulante	14.767	11.723
Total	61.841	42.140
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	942	2.885
Rumo Malha Oeste S.A.	3.263	3.389
Rumo Malha Norte S.A.	6.242	1.940
Rumo S.A.	1.289	7
Brado Logística S.A	2.071	701
Raízen Energia S.A.	408	3.762
Raízen Combustíveis S.A.	44.919	47.031
Outros	2.427	2.312
	61.561	62.027
Total passivo	61.561	62.027

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen Energia S.A.	27.170	25.049
Raízen Combustíveis S.A.	65.417	98.656
Rumo S.A.	9.349	-
Rumo Malha Norte S.A.	50.472	45.021
Rumo Malha Oeste S.A.	20.542	22.850
Rumo Malha Paulista S.A.	25.533	31.913
Brado Logística S.A.	32.761	30.547
Outros	25	-
	231.269	254.036
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(1.106)	(2.291)
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(19.370)	(30.020)
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(344.337)	(378.835)
Rumo Malha Oeste S.A.	(24.027)	(22.177)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(iv)	(15.412)	(13.709)
Brado Logística S.A.	(2.173)	(1.132)
Outros	(9)	-
	(406.434)	(448.164)
Receita (despesas) compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Norte S.A.	(12.693)	82.685
Rumo Malha Oeste S.A.	970	4.938
Rumo Malha Paulista S.A.	5.419	35.452
Elevações Portuárias S.A.	1.897	5.849
Raízen Energia S.A.	(2.820)	(18.132)
Rumo S.A.	(5.775)	97
Outros	-	(51)
	(13.002)	110.838
Resultado financeiro		
Rumo Malha Norte S.A.	-	(14.337)
	-	(14.337)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE - Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.

- (iv) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Cosan Lubrificantes, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Benefícios de curto prazo	28.172	25.028
Transações com pagamentos baseados em ações	5.660	4.579
	33.832	29.607

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	52.871	205.907
Instrumentos financeiros derivativos	10.562	883
	63.433	206.790
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	286.467	161.138
Contas a receber de clientes	92.849	88.629
Caixa restrito	25.725	35.652
	405.041	285.419
Total	468.474	492.209
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.228.500	1.239.841
Passivo de arrendamento	601.888	534.345
Fornecedores	208.573	161.392
Outros passivos financeiros	120.994	107.264
Parcelamento de débitos tributários	74	994
	2.160.029	2.043.836
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos e financiamentos	27.225	20.795
	27.225	20.795
Total	2.187.254	2.064.631

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos conta movimento	1.487	789
Aplicações financeiras	284.980	160.349
	286.467	161.138

As aplicações financeiras são compostas por:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	284.980	160.349
	284.980	160.349

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	48.345	159.322
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	4.243	11.722
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	283	34.863
	52.871	205.907

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	31/12/2020	31/12/2019
Valores depositados em garantia	25.725	35.652
	25.725	35.652

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes terceiros	53.484	66.428
Clientes partes relacionadas (4.4)	47.074	30.192
	100.558	96.620
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.709)	(7.991)
	92.849	88.629
Circulante	87.795	83.575
Não circulante	5.054	5.054
	92.849	88.629

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	20.200	35.048
Vencidas		
Até 30 dias	21.501	24.165
De 31 a 60 dias	2.892	561
De 61 a 90 dias	1.906	518
Mais de 90 dias	6.985	6.136
	53.484	66.428

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	(20.984)
Provisões	(1.906)
Reversões e baixas	14.899
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.991)
Provisões	(1.551)
Reversões e baixas	1.833
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(7.709)

5.5 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dará pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2020	31/12/2019	Vencimento final	Objetivo
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
ECA	Euribor + 0,58% (ii)	0,58%	27.225	20.795	set/2026	Aquisição
Finame (BNDES)	Pré-fixado	6,00%	255.503	319.328	dez/2024	Aquisição
Finem (BNDES)	URTLP	6,47%	764.533	920.513	dez/2025	Aquisição
NCE	CDI + 3,05%	5,01%	208.464	-	mar/2021	Capital de giro
			1.255.725	1.260.636		
Circulante			566.582	364.296		
Não circulante			689.143	896.340		
			1.255.725	1.260.636		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.
- (ii) Dívida com *swap* para 108,33% do CDI que representa uma taxa média de 6,51% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2020	31/12/2019
13 a 24 meses	207.670	276.262
25 a 36 meses	179.896	185.821
37 a 48 meses	179.896	164.884
49 a 60 meses	116.472	164.884
61 a 72 meses	5.209	101.460
73 a 84 meses	-	3.029
	689.143	896.340

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2020	31/12/2019
Reais (R\$)	1.228.500	1.239.841
Euro (EUR) ⁽ⁱ⁾	27.225	20.795
Total	1.255.725	1.260.636

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.514.969
Captações	13.586
Amortização de principal	(278.643)
Pagamento de juros	(98.365)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	109.089
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.260.636
Captações	200.000
Amortização de principal	(256.967)
Pagamento de juros	(46.092)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	98.148
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.255.725

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,84% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 782.910 (R\$ 686.524 em 31 de dezembro de 2019).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 2,78% (5,94% em 31 de dezembro de 2019) e TJLP de 4,87% (5,57% em 31 de dezembro de 2019).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 44.303 (R\$ 44.303 em 31 de dezembro de 2019).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“*financial covenants*”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiras, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA < = 3,3x em dezembro de 2020	1,96
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ > = 2,0x em dezembro de 2020	4,78

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro da dívida é representado pelo custo da dívida líquida, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Financeiro	Operacional - concessões	Operacional - outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	9.053	-	-	9.053
Reconhecimento inicial	-	544.511	2.392	546.903
Apropriação de juros e variação cambial	11.714	65.704	42	77.460
Amortização de principal	(16.367)	(51.426)	(927)	(68.720)
Pagamento de juros	(3.935)	(55.181)	(148)	(59.264)
Reajuste contratual	-	28.888	25	28.913
Saldo em 01 de janeiro de 2020	465	532.496	1.384	534.345
Adições	-	-	1	1
Apropriação de juros e variação cambial	33	65.470	294	65.797
Amortização de principal	(438)	(33.315)	(1.321)	(35.074)
Pagamento de juros	(60)	(36.741)	(77)	(36.878)
Reajuste contratual	-	117.567	862	118.429
Transferência entre passivos	-	(44.732)	-	(44.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	600.745	1.143	601.888
Circulante	-	130.114	1.143	131.257
Não circulante	-	470.631	-	470.631
	-	600.745	1.143	601.888

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2049 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	31/12/2020
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	5.270
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	56
	5.326

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2020		
	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	541.406	541.701	0,05%
Direito de uso residual	339.409	313.409	-7,73%
Despesa financeira	(63.367)	(68.601)	8,26%
Despesa de depreciação	(45.882)	(49.408)	7,68%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas. O saldo não inclui potenciais créditos de impostos, pelo fato de seus contratos não gerarem créditos de impostos indiretos no momento do pagamento dos arrendamentos.

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	129.820	97.643
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	78.627	51.478
Outros	126	12.271
Total	208.573	161.392
Fornecedores	147.012	99.365
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.4)	61.561	62.027
	208.573	161.392

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

Hedges do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	26.453	23.146	11.075	883
	26.453	23.146	11.075	883

A Companhia contratou operações de *Swap*, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de hedge documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de hedge) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de hedge:

Risco de câmbio	Nocional	Valor contábil		Ajuste de valor justo	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos designados					
ECA	(26.453)	(30.657)	(20.996)	(9.631)	(71)
Total	(26.453)	(30.657)	(20.996)	(9.631)	(71)
Instrumentos derivativos					
<i>Swap</i> de câmbio e juros	26.453	10.436	677	9.548	246
Total	26.453	10.436	677	9.548	246
Total líquido	-	(20.221)	(20.319)	(83)	175

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
COFINS	78.308	68.638
PIS	21.827	12.481
ICMS (i)	88.131	73.538
ICMS CIAP (ii)	45.077	64.267
Outros	3.145	138
	<u>236.488</u>	<u>219.062</u>
Circulante	48.570	67.551
Não circulante	187.918	151.511
	<u>236.488</u>	<u>219.062</u>

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Peças e acessórios	144.163	146.590
Combustíveis e lubrificantes	3.279	3.794
Almoxarifado e outros	5.466	2.125
	<u>152.908</u>	<u>152.509</u>

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.737 em 31 de dezembro de 2019).

5.11 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definido como unidade geradora de caixa os contratos de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto os impactos do COVID mencionados na Nota 4.1, não foram identificados outros indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Análise de perda ao valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados novos indicadores para testes adicionais de recuperabilidade de ativos não financeiros. Avaliamos os efeitos da pandemia de COVID-19 e, apesar de alguns impactos no exercício de 2020, a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.11.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	201.638	305.117	2.718.656	2.445.406	318.105	108.488	6.097.410
Adições	-	-	-	-	454.571	-	454.571
Baixas	-	-	(1.976)	-	-	1	(1.975)
Transferências	3.459	44.644	203.237	187.252	(394.547)	(520)	43.525
Saldo em 31 de dezembro de 2019	205.097	349.761	2.919.917	2.632.658	378.129	107.969	6.593.531
Transferências para direito de uso (iii)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2020	205.097	349.761	2.919.917	2.632.658	378.129	107.969	6.593.531
Adições	115	699	5.226	2.260	627.816	50	636.166
Baixas	-	-	(8.316)	-	(89)	-	(8.405)
Transferências	2.695	40.661	179.766	243.952	(475.852)	2.286	(6.492)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	207.907	391.121	3.096.593	2.878.870	530.004	110.305	7.214.800
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(140.998)	(171.513)	(1.671.833)	(1.219.500)	-	(96.400)	(3.300.244)
Adições	(3.345)	(18.252)	(222.751)	(218.437)	-	(2.734)	(465.519)
Baixas	-	-	1.936	-	-	-	1.936
Transferências	-	6.545	(2.374)	(52.824)	-	469	(48.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(144.343)	(183.220)	(1.895.022)	(1.490.761)	-	(98.665)	(3.812.011)
Transferências para direito de uso (iii)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(144.343)	(183.220)	(1.895.022)	(1.490.761)	-	(98.665)	(3.812.011)
Adições	(3.806)	(22.261)	(205.175)	(188.422)	-	(3.022)	(422.686)
Baixas	-	-	8.094	-	-	-	8.094
Transferências	-	-	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(148.149)	(205.481)	(2.092.102)	(1.679.183)	-	(101.687)	(4.226.602)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.754	166.541	1.024.895	1.141.897	378.129	9.304	2.781.520
Saldo em 31 de dezembro de 2020	59.758	185.640	1.004.491	1.199.687	530.004	8.618	2.988.198

(i) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, vagões e locomotivas no montante de R\$ 553.239, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5);

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve custo de empréstimo capitalizados.

5.11.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e outros ativos	Vagões e locomotivas	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:					
Saldo em 01 de janeiro de 2019	15	3.618	61.913	377.270	442.816
Transferências	-	(2.539)	(60.501)	1.204	(61.836)
Reajuste contratual	-	-	25	28.888	28.913
Saldo em 01 de janeiro de 2020	15	1.079	1.437	407.362	409.893
Transferências	-	2	-	-	2
Reajuste contratual	-	-	864	117.565	118.429
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15	1.081	2.301	524.927	528.324
Amortização:					
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	(2.532)	(52.941)	-	(55.473)
Adições	(5)	(392)	(712)	(45.124)	(46.233)
Transferências	-	2.532	52.837	-	55.369
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(5)	(392)	(816)	(45.124)	(46.337)
Adições	(6)	(393)	(755)	(50.285)	(51.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(11)	(785)	(1.571)	(95.409)	(97.776)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	10	687	621	362.238	363.556
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4	296	730	429.518	430.548

5.12 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

i. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

i. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

ii. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(144.205)	(125.934)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	49.030	42.818
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(331)	(359)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(48.699)	(42.458)
Outros	-	16
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	17
Taxa efetiva - %	0,00%	-0,01%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	489.630	452.581
Base negativa de contribuição social	176.098	162.760
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	99.079	104.270
Provisão para perda ao valor recuperável	100.933	108.050
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	7.167	7.262
Provisão para não realização de impostos	12.437	11.894
Provisão para participação nos resultados	2.305	16.699
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	277.609	266.920
Diferenças temporárias sobre outras provisões	33.188	35.179
Passivo de arrendamento	117.780	98.609
Outros	5.079	5.167
Tributos diferidos - Ativos	1.321.305	1.269.391
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(1.317.897)	(1.269.391)
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Resultado não realizado com derivativos	(3.408)	-
Tributos diferidos - Passivos	(3.408)	-
Total de tributos diferidos	-	-

c) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Imobilizado	Passivos de arrendamentos	Outros	Créditos não registrados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019 (Cobrado) / creditado	604.951	21.223	290.610	218.634	23.373	5.675	(1.164.466)	-
do resultado do exercício	10.390	(4.524)	(23.954)	48.286	75.236	(171)	(105.263)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Cobrado) / creditado	615.341	16.699	266.656	266.920	98.609	5.504	(1.269.729)	-
do resultado do exercício	50.387	(14.394)	(13.853)	10.689	19.171	(401)	(51.599)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	665.728	2.305	252.803	277.609	117.780	5.103	(1.321.328)	-

ii. Impostos diferidos passivos

	Resultado não realizado com derivativos	Créditos não registrados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019 (Cobrado) / creditado	352	(352)	-
do resultado do exercício	(690)	690	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Cobrado) / creditado	(338)	338	-
do resultado do exercício	(3.094)	3.094	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.432)	3.432	-

5.13 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	50.207	51.128
Cíveis, regulatórias e ambientais	66.941	64.272
Trabalhistas	99.771	119.016
	216.919	234.416

	Depósitos judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	18.239	17.704
Cíveis, regulatórias e ambientais	10.316	14.117
Trabalhistas	68.045	60.866
	96.600	92.687

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	46.376	69.032	134.507	249.915
Provisionados no exercício	3.294	2.259	15.624	21.177
Baixas por reversão ou pagamento	(4)	(10.549)	(42.469)	(53.022)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.462	3.530	11.354	16.346
Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.128	64.272	119.016	234.416
Provisionados no exercício	44	4.217	19.257	23.518
Baixas por reversão ou pagamento	(1.096)	(12.655)	(47.648)	(61.399)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	131	11.107	9.146	20.384
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.207	66.941	99.771	216.919

i. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Crédito de ICMS ⁽ⁱ⁾	33.057	34.425
INSS	17.150	16.691
Outros	-	12
	50.207	51.128

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	480.682	456.272
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.249.721	1.191.152
Trabalhistas	243.906	289.084
	1.974.309	1.936.508

• Tributárias:

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS ⁽ⁱ⁾	187.985	178.027
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	51.046	50.371
Operações financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29.136	28.701
MP 470 parcelamento de débitos ^(iv)	116.276	115.080
Compensação com crédito prêmio ^(v)	45.609	44.784
PIS/COFINS ^(vi)	8.863	7.869
Outros	41.767	31.440
	480.682	456.272

- (i) Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Refere-se ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.
- (iii) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.

- (iv) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Companhia, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (v) A Companhia transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo relativos aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis ⁽ⁱ⁾	471.920	387.005
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	513.622	558.246
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	264.179	245.901
	1.249.721	1.191.152

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

- **Trabalhistas:**

	31/12/2020	31/12/2019
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	243.906	289.084
	243.906	289.084

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.14 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Valores a pagar:</u>		
Concessão	84.638	36.622
Total	84.638	36.622
Circulante	52.171	6.053
Não circulante	32.467	30.569
	84.638	36.622

5.15 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 2.695.633 constituído por 113.551.278 ações, sendo 45.035.110 ações ordinárias nominativas, 68.516.168 ações preferenciais nominativas. As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Rumo S.A.	45.035.110	100%	68.516.168	100%
Total de ações	45.035.110	100%	68.516.168	100%

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um acordo de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui um saldo de AFAC de R\$ 3.353.000 (R\$3.053.000 em 31 de dezembro de 2019).

6 Informações detalhadas sobre a demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta na venda de serviços	1.507.587	1.571.744
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(101.446)	(118.211)
Receita operacional líquida	1.406.141	1.453.533

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2020	31/12/2019
Transporte de carga e acessórios	1.375.458	1.425.232
Outros	30.683	28.301
Receita operacional líquida	1.406.141	1.453.533

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Material de uso e consumo	(561)	(11.596)
Despesa com pessoal	(328.336)	(239.632)
Depreciação e amortização	(476.604)	(516.129)
Despesas com serviços de terceiros	(111.158)	(124.591)
Despesas com transporte e elevação	(332.381)	(359.315)
Despesas com aluguel (Nota 5.6)	(5.326)	(6.388)
Outras despesas	(68.906)	(98.487)
	(1.323.272)	(1.356.138)
Custo dos serviços prestados	(1.238.391)	(1.309.634)
Despesas comerciais	(3.809)	4.760
Despesas gerais e administrativas	(81.072)	(51.264)
	(1.323.272)	(1.356.138)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Efeito líquido das demandas judiciais	(48.946)	(19.423)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	18.568	30.479
Créditos fiscais extemporâneos	52.328	7.370
Outros	(23.107)	(8.925)
	(1.157)	9.501

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(82.754)	(101.511)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(7.730)	(1.474)
Resultado com derivativos e valor justo	9.383	(649)
Amortização do gasto de captação	(6.306)	(5.257)
Fianças e garantias sobre dívidas	(8.796)	(19.453)
	(96.203)	(128.344)
Rendimentos de aplicações financeiras	8.885	17.908
	8.885	17.908
Custo da dívida, líquida	(87.318)	(110.436)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	6.259	5.647
Arrendamento e concessão em litígio	(6.696)	(5.589)
Passivos de arrendamento	(65.652)	(74.298)
Despesas bancárias e outros	(6.747)	(9.843)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(62.954)	(22.735)
Variação cambial e derivativos	(1.261)	(226)
Juros sobre outras obrigações	(1.548)	(15.350)
	(138.599)	(122.394)
Resultado financeiro, líquido	(225.917)	(232.830)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(241.932)	(254.962)
Receitas financeiras	15.624	24.480
Variação cambial	(8.992)	(1.699)
Derivativos	9.383	(649)
Resultado financeiro, líquido	(225.917)	(232.830)

6.5 Resultado por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(144.205)	(125.917)
Por ação ordinária	(57.193)	(49.939)
Por ação preferencial	(87.012)	(75.978)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	362.641.537,7	317.742.616,63
Média ponderada de número de ações preferencial	551.720.835,5	483.411.864,57
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,00000)	(0,00000)
Por ação preferencial	(0,00000)	(0,00000)